CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

JORNAL OPÇÃO - ONLINE (09/01)

Estado adere instrução normativa para adequar publicidade do governo à recomendação do TCE

Norma contém o rol de naturezas de despesa relativas a gastos com publicidade e propaganda do Poder Executivo

Monitoramento do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) identificou 124 registros de publicidade do Executivo goiano, entre 2015 e 2018, classificados com natureza de despesa não diretamente relacionadas à sua natureza. Somados, eles tiveram valor total empenhado superior a R$ 13 milhões.

Além disso, o monitoramento identificou possíveis gastos com publicidade e propaganda que não haviam sido consideradas para fins de exposição no Portal da Transparência do Estado. Através de um modelo de Inteligência Artificial, o órgão público analisou cerca de 152 mil empenhos registrados no sistema em poucos minutos.

O **TCE** detectou discrepâncias entre informações divulgadas no portal da transparência do Estado e os relatórios reportados ao Tribunal.

Instrução normativa

Como resultado, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) publicou na última sexta-feira, 3, a Instrução Normativa n° 02/2019, que atende à determinação, da relatora do processo, **conselheira** Carla Cíntia Santillo, que visa elaborar norma contendo o rol de naturezas de despesa relativas a gastos com publicidade e propaganda do Poder Executivo.

A **CGE** agora deverá dar ampla divulgação a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo que utilizam o portal da transparência de **Goiás** para cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

A instrução normativa estabelece oito modalidades de aplicações diretas de despesas com publicidade, definindo como cada uma deve ser entendida.

Veja, no quadro, como ficou a classificação:

Em nome da cultura (Editorial)

Reportagem na edição de ontem do Magazine mostra que a Orquestra Filarmônica corre o risco de acabar caso não seja solucionada a situação dos músicos.

Os profissionais atualmente têm contrato temporário e não podem mais continuar dessa forma, considerada ilegal, segundo avaliação do **Tribunal de Contas do Estado**. Diante do problema, o governo busca soluções, entre elas a contratação de uma Organização Social (OS) para gerir a orquestra.

É realmente fundamental que esforços sejam concentradas na busca de uma saída para manter, com a dignidade e respeito que merece, o funcionamento da Filarmônica, motivo de orgulho dos goianos.

O Estado já vem sofrendo episódios sucessivos de descontinuidade de eventos culturais importantes, responsáveis por divulgar seu nome nacional e internacionalmente, além de fortalecer a identidade e a cidadania de seu povo.

Foi o caso do Festival Internacional de Cinema, o Fica, que não foi realizado no ano passado, do Festival da Primavera, o Festival de Teatro de Porangatu, e também da companhia de dança Quasar, que enfrentou problemas com a falta de incentivos do governo federal. **Goiás** não pode admitir retrocessos na cultura.